

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2018

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁS-FOMENTO relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

No contexto macroeconômico, a economia brasileira tem apresentado sinais de recuperação no primeiro semestre de 2018, embora mais lentamente do que o esperado. Alguns indicadores apontam para um ambiente favorável à retomada do crescimento (IBC-Br = 0,89%), convergência da inflação para a meta (Relatório FOCUS, 4,17% para 2018) e a manutenção dos juros oficiais nos menores patamares históricos (meta SELIC fim de período em 6,5% a.a. - FOCUS), embora as incertezas políticas ante o período pré-eleitoral não favoreçam decisões de investimentos no setor produtivo, retraindo a demanda por financiamentos, inibindo a formação bruta de capital fixo.

As medidas de contenção de despesas resultaram num lucro financeiro maior que no mesmo período do ano anterior. Mesmo que a concessão de crédito nesse semestre tenha sido maior em relação ao 1º semestre de 2017 em 21%, os desembolsos ficaram aquém das metas estabelecidas, impactando nas receitas com operações de crédito. Os rendimentos dos recursos em tesouraria também foram menores, enquanto que, por outro lado, as ações de recuperação de crédito e de redução dos níveis de provisão para devedores duvidosos corroboraram para os resultados positivos esperados.

A GOIÁS FOMENTO vem cumprindo seu papel fomentador das atividades empresariais, tendo como principal foco a geração de emprego e renda, por meio da execução de políticas públicas de apoio ao investimento privado nas microempresas, empresas de pequeno porte, empreendedores individuais, autônomos e empreendedores rurais. Atenta a eventuais reduções de receitas advindas da prestação de serviços aos fundos estaduais, a busca pela diversificação de fontes de receitas por meio da ampliação no seu portfólio de produtos e outras prestações de serviços, outras modalidades de créditos às microempresas e empresas de pequeno porte, são alternativas à manutenção do equilíbrio financeiro da GOIÁS FOMENTO.

1. RESULTADOS DO SEMESTRE

Os resultados alcançados nos últimos balanços foram frutos das alterações das políticas de riscos e de recuperação de ativos que vêm refletindo positivamente nos resultados dos períodos que encerraram em 30/06/2018 e 30/06/2017. O saldo da provisão para devedores duvidosos reduziu-se 25,5% em 30/06/2018 quando comparado a 30/06/2017, saindo de R\$ 12,9 milhões para R\$ 9,6 milhões após recuperação de crédito em atraso, refletindo numa queda do índice de provisão de 10,7% para 8,5%.

As linhas equalizadas do Crédito Produtivo participam com 45% do saldo na carteira com recursos próprios e, em relação ao saldo da provisão, essa participação é de apenas 8%. O índice médio de inadimplência no semestre referente às linhas equalizadas foi de 1,66% contra um índice médio de 8,5% na carteira total.

Por outro lado, o lucro líquido apurado no 1º semestre de 2018 foi de R\$ 1,820 milhão contra R\$ 1,255 milhão no mesmo período de 2017. Tanto os ativos totais quanto o patrimônio líquido tiveram aumentos de 1,7% e 3,6% respectivamente, em comparação com o mesmo período.

Nas operações de crédito, o montante desembolsado para empreendimentos produtivos no financiamento fixo e capital de giro puro com recursos próprios da GOIÁS FOMENTO foi de R\$ 14 milhões em 448 operações de crédito às microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e autônomos nesse semestre. Como Agente Operador do FCO foram desembolsados R\$ 521 mil para 05 empreendimentos. Em relação ao mesmo período do ano anterior o volume de desembolsos foi R\$ 2,6 milhões maior.

Embora houvesse aumento no volume de créditos desembolsados no semestre em relação ao mesmo período do ano anterior, o saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/FCO/BNDES/FINEP), ao final do 1º Semestre de 2018 ficou em R\$ 112,6 milhões, sendo R\$ 7,9 milhões menor em relação a 30/06/2017, contendo no final do período com 2.144 contratos ativos contra 2.046 respectivamente. Mesmo com aumento dos contratos ativos, a redução no saldo das carteiras ocorreu por causa das amortizações nas operações com valores médios muito superiores aos que estão sendo desembolsados atualmente. Como agente financeiro dos Fundos Estaduais, só houve desembolsos através do FUNMINERAL para 05 empreendimentos que somaram R\$ 35 mil no semestre.

Por outro lado, o saldo de recursos em tesouraria no final de cada período saltou de R\$ 90,4 milhões para R\$ 94,3 milhões reforçando a disponibilidade financeira, advinda das amortizações de empréstimos e financiamentos, bem como pelas receitas com recuperação de ativos. O saldo médio em tesouraria no semestre foi apenas 0,1% menor que no período anterior, entretanto, a taxa de rendimento reduziu-se 34% em relação ao mesmo período de 2017, sendo de 0,51% a.m. contra 0,77% a.m. com perda de receitas com tesouraria na mesma proporção.

Os ativos totais cresceram R\$ 4,1 milhões até a junho/2017 somando R\$ 241,8 milhões enquanto o patrimônio líquido subiu 3,8% totalizando R\$ 180,3 milhões em 30/06/2018 contra R\$ 173,7 milhões em 30/06/2017, ou seja, ficou R\$ 6,6 milhões maior.

2. PERSPECTIVAS

A GOIÁS FOMENTO tem sua atuação orientada pelas políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento econômico do Estado de Goiás e vem implementando projetos delineados a partir do Planejamento Estratégico 2015-2019, cumprindo importante papel em consonância com o planejamento governamental.

A diversificação do portfólio de produtos de crédito e ampliação na prestação de serviços, além dos fundos oficiais estaduais, serão alternativas para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, assegurando o cumprimento de seus objetivos institucionais e fomentando os micro e pequenos empreendimentos produtivos permitindo o emprego dos fatores de produção.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no 1º semestre de 2018 destacando o cumprimento das exigências legais aplicáveis às instituições financeiras, na administração profissional esperada das sociedades empresariais focada em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores.

Agradezco aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo trabalho realizado nesse período.

Goiânia (GO), 22 de agosto de 2018.

JOSÉ PAULO FÉLIX DE SOUZA LOUREIRO
Presidente do Conselho de Administração

CARLOS AUGUSTO CARVALHO MEDEIROS JÚNIOR
Diretor-Presidente em Exercício

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

ATIVO	30/06/18	30/06/17
CIRCULANTE	166.536	151.869
DISPONIBILIDADES	1.062	77
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	93.244	90.300
Carteira Própria (NOTA 5)	93.244	90.300
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	41.170	40.795
Empréstimos Setor Privado	10.840	16.236
Financiamentos Setor Privado	32.354	29.111
Financiamentos Rurais e Agroindústrias	3.310	2.326
Provisão p/ Operaç. Cré. Liq. Duvidosa	(5.334)	(6.878)
OUTROS CRÉDITOS	25.964	19.004
Diversos (NOTA 7)	25.964	19.004
Provisão p/ Outros Créditos	-	-
OUTROS VALORES E BENS	5.096	1.693
Outros Valores e Bens (NOTA 8a + 8b)	5.096	1.693
Provisão p/ Outros Créditos	(483)	(482)
NÃO CIRCULANTE	75.235	85.753
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	70.828	81.075
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	61.799	66.762
Empréstimos Setor Privado	4.786	6.126
Financiamentos Setor Privado	50.670	53.704
Financiamentos Rurais e Agroindústrias	10.623	12.986
Provisão p/ Operaç. Cré. Liq. Duvidosa	(4.280)	(6.034)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-
OUTROS CRÉDITOS	9.029	14.293
Diversos (NOTA 7)	9.029	14.293
PERMANENTE (NOTA 9)	4.407	4.678
IMÓVEIS DE USO	3.720	3.678
Terrenos	2.422	2.422
Edificações	1.867	1.867
Depreciações Acumuladas	(569)	(611)
IMOBILIZADO DE USO	329	343
Imobilização de Uso	1.406	1.355
Depreciações Acumuladas	(1.077)	(1.012)
INTANGÍVEL	358	657
Ativos Intangíveis	394	2.298
Amortizações Acumuladas	(36)	(1.641)
TOTAL DO ATIVO	241.771	237.622

PASSIVO	30/06/18	30/06/17
CIRCULANTE	20.194	12.415
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)	11.333	8.513
Repasses do País - FCO	8.015	5.283
Repasses do País - BNDES	2.996	3.035
Repasses do País - FINEP	322	195
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 11)	8.861	3.902
Sociais Estatutárias	1.503	3
Fiscais e Previdenciárias	652	641
Diversas	6.706	3.258
NÃO CIRCULANTE	221.577	225.207
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	41.254	51.502
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)	41.254	51.502
Repasses do País - FCO	33.329	40.916
Repasses do País - BNDES	6.818	9.142
Repasses do País - FINEP	1.107	1.444
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	180.323	173.705
Capital Social (NOTA 12)	165.975	164.822
Reserva para Aumento de Capital	-	1.153
Reserva de Lucros	14.348	7.730
TOTAL DO PASSIVO	241.771	237.622

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO NOS SEMESTRES

DESCRIÇÃO	SEMESTRES	
	30/06/18	30/06/17
		RECLASSIFICADO
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.643	11.235
Operações de Crédito	5.793	6.914
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários (NOTA 4a+5b)	2.850	4.321
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.662)	(3.504)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 13)	(3.612)	(3.405)
Provisão para Desvalorização (Nota 13)	(50)	(99)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.981	7.731
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS OPERACIONAIS)	(1.266)	(2.712)
Receitas de Prestação de Serviços (NOTA 14)	5.927	(1.044)
Despesas de Pessoal (NOTA 13)	(7.957)	(7.388)
Outras Despesas Administrativas (NOTA 13)	(3.509)	(2.895)
Despesas Tributárias (NOTA 13)	(28)	(21)
Outras Receitas Operacionais (NOTA 14)	6.787	5.247
Outras Despesas Operacionais (NOTA 14)	(2.486)	(2.652)
RESULTADO OPERACIONAL	3.715	5.019
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(11)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.715	5.008
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (NOTA 15)	(1.895)	(3.753)
Imposto de Renda (NOTA 15)	-	(792)
Contribuição Social (NOTA 15)	-	(639)
Diferenças Temporárias - Ativos Diferidos Imposto de Renda (NOTA 15)	(1.053)	(1.290)
Diferenças Temporárias - Ativos Diferidos Contribuição Social (NOTA 15)	(842)	(1.032)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO NO SEMESTRE	1.820	1.255
LUCRO POR AÇÃO - R\$ 1,00	0,0110	0,0076

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	EXPAN-SÃO	INCENTIVOS FISCAIS		
SALDO EM 31/12/2016	164.822	-	2.843	310	3.575	-	171.550
- Aumento de Capital	-	1.153	-	(253)	-	-	900
- Resultado do Semestre	-	-	63	-	-	1.255	1.255
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	(63)	-
- Reserva para Expansão	-	-	-	1.192	-	(1.192)	-
SALDO EM 30/06/2017	164.822	1.153	2.906	1.249	3.575	-	173.705
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	1.153	63	939	-	-	2.155
SALDO EM 31/12/2017	165.975	-	3.221	5.732	3.575	-	178.503
- Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	1.820	1.820
- Reserva Legal	-	-	91	-	-	(91)	-
- Reserva para Expansão	-	-	-	1.729	-	(1.729)	-
SALDO EM 30/06/2018	165.975	-	3.312	7.461	3.575	-	180.323
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	91	1.741	-	-	1.820

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	SEMESTRES	
	30/06/18	30/06/17
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações		
Lucro Líquido	1.820	1.255
Perdas por Desvalorização de Ativos	-	(79)
Depreciação e Amortização	109	208
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(355)	(6.012)
Operações de Crédito	5.909	8.255
Outros Créditos	(2.855)	(520)
Outros Valores e Bens	(2.409)	(8)
Outras Obrigações	2.131	(1.524)
Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações	4.352	1.575
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamentos		
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.815)	(2.487)
Aumento de Capital	-	(900)
Caixa (utilizado) Provenientes das Atividades de Financiamentos	(2.815)	(1.587)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos		
Imobilizado de Uso	(34)	46
Aplicações no Diferido	-	73
Aplicações no Intangível	(394)	(74)
Provisão por Imparidade	(74)	-
Caixa (utilizado) Provenientes das Atividades de Investimentos	(602)	45
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	1.035	33
Início do Período	27	44
Fim do Período	1.062	77
Aumento/Redução de Caixa e Equivalente de Caixa	1.035	33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES

FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em R\$ mil)

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento de Goiás S/A é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 13.533/99 e regida pela Resolução nº 2.828/01, do Conselho Monetário Nacional – CMN e devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

Objeto de fomento o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás na geração de emprego e renda. Suas principais atividades são: Concessão de operações de crédito com recursos próprios; operações de repasses do BNDES, FCO e FINEP e administração de Fundos Estaduais, tais como: FOMENTAR, FUNMINERAL, FUNPRODUZIR e FUNBAN.

A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao primeiro semestre de 2018, foi dada pela Diretoria em 31 de julho de 2018.

Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Nota de apresentação e funcional**
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) **Base para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras**
As Demonstrações Financeiras foram apresentadas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, normas do Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COFIN.

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nota 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se os seguintes:

- Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados "pro rata die";
- As provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e
- São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

b) **Ativo circulante e realizável a longo prazo e passivo circulante e exigível a longo prazo**
Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

c) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, esses correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata.

e) Obrigações por empréstimos e repasses

As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata die" com base na taxa efetiva das operações.

f) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

I) **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos no resultado do exercício.

II) **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas operações.

III) **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, atualizados "pro rata temporis".

IV) **Instrumentos financeiros derivativos** - A Instituição não possui operações com derivativos.

g) Operações de crédito e outros créditos

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 5a.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata die com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o quinquagésimo nono (59º) dia de atraso. Após o quinquagésimo nono dia, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas.

As operações ativas negociadas com saldo devedor até R\$ 50 são reclassificadas para rating inicial, salvo aquelas que estão no risco H, que poderão, de acordo com a política da GoiásFomento alinhada à Resolução 2.682/99, do CMN, as quais a reclassificação do seu rating passa a ser objeto de revisão. As demais operações, a princípio, ficam no mesmo rating e também são de acordo com a referida política, a ser analisadas com a possibilidade de serem reclassificadas. As negociações de operações de crédito que foram anteriormente batidas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H, e seu rating passa no mês seguinte a ser objeto de revisão. Desta forma, os eventuais ganhos provenientes das negociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

FCO	7,06% a.a.	4 anos e 9 meses	30/06/18	30/06/17
Valor das Obrigações			41.344	46.199
Curto Prazo			8.015	5.283
Longo Prazo			33.329	40.916
Totais			52.587	60.015

Nota 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrições	Semestres	
	30/06/18	30/06/17
Dividendos e Bonificações a Pagar	1.503	3
Fiscais e Previdenciárias	652	220
Impostos e Contribuições	449	421
Credores Diversos	1.367	759
Dotação p/ Aumento de Capital	316	316
Provisão de Férias e 13º Salário	1.365	1.192
Contingências	142	138
Obrigações por Aquisição de Bens/Direitos	2.778	-
Outras	289	853
Totais	8.861	3.902

Nota 11 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado da GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subscrito e integralizado o valor de R\$ 165.975.107,21 (cento e sessenta e cinco milhões, novecentos e setenta e cinco mil, cento e sete reais e vinte e um centavos), representado por 165.975.107 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Nota 12 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÕES FINANCEIRAS

Descrições	Semestres	
	30/06/18	30/06/17
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD	3.612	3.404
Provisão para Desvalorização (*)	50	99
Total	3.662	3.503

(*) Refere-se a reclassificação de R\$99 mil da conta de provisão para crédito de liquidação duvidosa para a conta de provisão para desvalorização, para fins de comparabilidade.

Nota 13 – DESPESAS DE PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

Descrições	Semestres	
	30/06/18	30/06/17
Despesas de Pessoal (*)	7.957	7.388
Subtotal	7.957	7.388
Água, Energia e Gás	137	132
Aluguéis	38	36
Comunicação	101	105
Honorários (NOTA 18)	897	933
Manutenção e Conservação	66	104
Materiais de Expediente	13	12
Tercários	366	362
Propaganda / Publicidade e Publicações	70	49
Técnicos Especializados	258	379
Vigilância e Segurança	121	117
Transportes	78	64
Emolumentos Judiciais e Cartorários	381	263
Outros	983	339
Subtotal	3.509	2.895
Despesas Tributárias	28	21
Subtotal	28	21
Totais	11.494	10.304

(*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores.

Nota 14 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrições	Semestres	
	30/06/18	30/06/17
Receitas de Prestação de Serviços		
Adm. de Fundos Públicos (Nota 17)	5.668	4.315
Outras Taxas	250	582
Totais de Receitas com Prestação de Serviços	5.927	4.997
Outras Receitas		
Recuperação de Créd. Baixados/Prejuízo	3.551	1.760
Recuperação de Encargos e Despesas	540	545
Rendas de Repasses Interfinanceiros	97	337
Reversão de Provisões Operacionais	570	652
Equalizações de Taxas CPR	2.029	1.794
Totais de Outras Receitas	6.787	5.247
Outras Despesas		
COFINS	666	726
PASEP	108	118
ISSQN	296	250
Amortização do Intangível	36	222
Depreciação	73	77
Despesas de Repasses Interfinanceiros	1.172	1.254
Outros (*)	135 (*)	5
Totais de outras despesas	2.486	2.652

(*) Na coluna de 30/06/17, onde constava o valor de R\$104, na rubrica Outros, agora com o valor de R\$5, refere-se a reclassificação em Outras Despesas Operacionais – Outras para a conta Despesas da Intermediação Financeira – Provisão para Desvalorização, conforme Nota 12, no valor de R\$99 mil.

Nota 15 - IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ATIVO FISCAL DIFERIDO

15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social

a) Base de tributação

Descrições	Semestre – até 30/06/18	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado do Período	3.715	3.715
= Resultado Ajustado	3.715	3.715
+ Adições		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2018	9.615	9.615
Operações de Crédito (compensadas em prejuízo)	2.485	2.485
Despesas Não Dedutíveis	732	732
Totais das adições	12.832	12.832
(-) Exclusões		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2017	(9.114)	(9.114)
Operações de Crédito (compensadas em prejuízos)	(14.219)	(14.219)
Outros Exclusões	(1.138)	(1.138)
Totais das exclusões	(24.471)	(24.471)
Prejuízo Fiscal	(7.924)	(7.924)

(*) Na coluna de 30/06/17, onde constava o valor de R\$104, na rubrica Outros, agora com o valor de R\$5, refere-se a reclassificação em Outras Despesas Operacionais – Outras para a conta Despesas da Intermediação Financeira – Provisão para Desvalorização, conforme Nota 12, no valor de R\$99 mil.

15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social

a) Base de tributação

Descrições	Semestre – até 30/06/18	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado do Período	3.715	3.715
= Resultado Ajustado	3.715	3.715
+ Adições		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2018	9.615	9.615
Operações de Crédito (compensadas em prejuízo)	2.485	2.485
Despesas Não Dedutíveis	732	732
Totais das adições	12.832	12.832
(-) Exclusões		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2017	(9.114)	(9.114)
Operações de Crédito (compensadas em prejuízos)	(14.219)	(14.219)
Outros Exclusões	(1.138)	(1.138)
Totais das exclusões	(24.471)	(24.471)
Prejuízo Fiscal	(7.924)	(7.924)

Imposto de Renda e Contribuição Social		
Constituição Líquida de Créditos Tributários	-	-
Realização Líquida de Créditos Tributários	(1.896)	(1.896)
Totais	(1.896)	(1.896)

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos

A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.

Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Circular do Banco Central nº 3.171/02. O valor disponível da Resolução do CMN de nº 3.059/02, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativos. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da Instituição, para a data de 30/06/18 considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis.

Assim sendo, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
Saldo em 31/12/17	6.069	4.856	10.925
Constituição no Semestre	-	-	-
Realização no Semestre	(1.053)	(843)	(1.896)
Saldo em 30/06/18 – Nota 6	5.016	4.013	9.029
Totais a Curto Prazo	1.153	922	2.075
Totais a Longo Prazo	3.863	3.091	6.954

b) Estimativa de realização dos créditos tributários

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

DESCRIÇÃO	2018	2019	2020
	2º sem/18	1º sem/19	2º sem/19
Imposto de Renda	(102)	(1.051)	(2.105)
Contribuição Social	(81)	(841)	(1.684)
Total	(183)	(1.892)	(3.789)

c) Natureza dos créditos

Descrições	30/06/18
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa a Excluir	9.615
Operações de Crédito (até R\$ 15 em risco "H")	(195)
Baixa de Operação de Crédito	2.003
Provisão para Contingências	236
Provisões Administrativas	482
Prejuízo Fiscal	7.924
Base de Cálculo em 30/06/18	20.065
Alíquota de Imposto de Renda	25%
Alíquota de Contribuição Social	20%
Crédito Tributário de Imposto de Renda	5.016
Crédito Tributário de Contribuição Social	4.013
Total dos Créditos Tributários em 30/06/18 – Nota 6	9.029

d) Classificação contábil dos créditos tributários

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo. O valor presente dos créditos ativos, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$ 8.290 (Junho/17 - R\$ 12.750). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no Item 10 do CPC 12.

Nota 16 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A destinação é constituída a razão de 5% do resultado do semestre. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício. Importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Descrições	Semestres	
	30/06/18	30/06/17
Lucro/Prejuízo dos Semestres	1.820	1.265
Reserva Legal	91	63

A proposta dos Administradores para destinação do resultado inclui a transferência para reserva de expansão do saldo não distribuído.

Nota 17 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estatuais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar e recursos de cobrança a pagar, conforme demonstrados:

Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
FUNMINERAL	47	3	-	-	287	300
FUNPRODUIZIR	2.826	391	-	-	2.822	2.192
FUNMONTAR	13.205	9.143	-	-	2.206	1.823
JCP (Juros de Capital Próprio/Estado de GO)	-	-	3	3	-	-

Nota 18 - EXIGIBILIDADES DE CAPITAL PRINCIPAL E LIMITES DE MOBILIZAÇÃO

O Demonstrativo de Limites Operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites monitorado pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações: a) Apuração da Situação da Instituição; b) Apuração da Exigência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado e enviado mensalmente ao Banco Central (documento 2061).

Índice da Basileia e de Mobilização (DLO)

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 30/06/2018, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Descrições	30/06/18	30/06/17
Patrimônio de Referência	179.966	173.506
Índice de Basileia	47,11%	47,44%
Nível I	37,69%	37,98%
Índice de Imobilização Basileia	2,55%	2,55%
Limite	89.983	86.753
Situação	4.050	4.479
Folga de Imobilização	85.933	82.274

Em primeiro de março de 2013, o BACEN publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional:

Resolução nº 4.192/13 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do capital de Instituições Financeiras, no Brasil chamando Patrimônio de Referência (PR);

Resolução nº 4.193/13 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de capital a serem mantidos sob a forma de Patrimônio de Referência (PR), nível I e de Capital Principal;

E demais normas do Banco Central, tais como: Circulares, Cartas-Circulares e Comunicado, que complementam as regras estabelecidas nas resoluções supracitadas, ao determinar os procedimentos de apuração do montante sustentado da carteira, contraponto-se a movimentos adversos da taxa de juros. Assim, evita-se que uma baixa na lucratividade decorrente de perdas incorridas por má qualidade de parcela da carteira ativa possa enfraquecer a capacidade de solvência da Instituição.

A GoiásFomento possui níveis de liquidez adequados aos compromissos próprios assumidos, resultado da qualidade de seus ativos, composto por aplicações financeiras em títulos públicos e em cotas de fundo de investimento com carteiras representadas exclusivamente por títulos públicos federais e pelo retorno dos financiamentos concedidos.

A métrica utilizada na gestão do risco de liquidez, consiste na manutenção de um montante mínimo de ativos de recursos próprios com alta liquidez a ser mantido pelo banco, compatível com a exposição do risco decorrente das características das suas operações, bem como das condições de mercado. Este montante deve ser igual ou superior à soma das projeções orçamentárias das despesas administrativas, da expectativa de inadimplência da carteira de crédito e eventuais desembolsos financeiros não contemplados no processo orçamentário para o período de planejamento.

g) Lavagem de Dinheiro – prevenção ao crime de lavagem de dinheiro – A GoiásFomento possui Política interna de prevenção e combate a este tipo de ilícito. Os procedimentos fazem parte das atribuições da Auditoria Interna e da Assessoria de Gerenciamento de Riscos. Com a estruturação da Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro - PLD estabelecida pelo Banco Central do Brasil e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, a GoiásFomento aumentou os controles sobre as práticas desleais crimes. Com a aprovação da Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, a Diretoria da Agência e o Conselho de Administração, normatizaram os procedimentos de identificação, prevenção e controle de ilícitos financeiros. Todos os colaboradores têm acesso ao texto da Política através da Intranet (site colaborativo da instituição) onde são publicadas as normativas e demais assuntos de interesse corporativo. Para conscientizar e treinar o corpo funcional sobre a importância de ajudar a combater essas práticas está disponível na pasta de rede PÚBLICO o material utilizado pela Assessoria de Gerenciamento de Riscos para divulgar a Política aos Coordenadores da instituição. Dentre o material consta um vídeo explicativo divulgado pelo COAF, além da apresentação contendo um resumo dos procedimentos que sustentam o processo de identificação, prevenção e controle de ilícitos financeiros.

Os princípios éticos e as normas de conduta da GoiásFomento estão presentes na construção de relacionamentos baseados no respeito aos clientes, parceiros, autoridades, colaboradores e à sociedade em geral, com os quais se relaciona.

No plano de ação que está em execução e que deverá ser revisado em dezembro de 2019, as ações implementadas foram as seguintes:

• Foi efetuada uma revisão e adequação na lista de exclusão de crédito, ou seja, itens e empreendimentos não contemplados em nossa política de crédito, visando a melhoria da qualidade dos recursos captados;

• Está implementado em seus procedimentos, já no atendimento ao cliente, quando de sua solicitação de crédito, a determinação de seu enquadramento segundo exigências da CONAMA 237 e CEMAM estadual 2011, classificando o risco de operação de crédito de acordo com setor de atividade e questões geográficas;

• Quando da solicitação de crédito é disponibilizado um Questionário de Risco Socioambiental a ser respondido pelo cliente, na triagem inicial, quando identificando tratar-se de potencial risco socioambiental;

• Foram elaborados Mapeamento e fluxo dos processos de atendimento inserindo e adequando os riscos socioambientais;

• O Score de Risco de Crédito foi revisado e adequado, para análise das solicitações de crédito com pontuação para os riscos socioambientais, inclusive para a área de Agronegócio;

• Foram revisadas e adequadas as cláusulas de Contrato de Crédito com risco socioambiental, com definição de condicionantes contratuais e formas de mitigação em caso de ocorrência de danos ambientais, bem como mecanismos de penalização padrão.

Com relação à organização corporativa foram implementadas as seguintes ações:

a) Risco Operacional

Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 4.557/17 e 4.193/13 do CMN e Circular 3.640/13 do Banco Central.

b) Julgamento da administração sobre o Índice de Basileia

A Administração julga adequado o atual nível do Índice de Basileia levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 9,975%.

c) Cálculo do Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições de risco em 30/06/18, são demonstrados abaixo:

Descrições	30/06/18	30/06/17
Capital Principal	179.966	173.506
Nível I	173.966	173.506
Patrimônio de Referência	179.966	173.506

Compatibilização do Patrimônio de Referência

Descrições	30/06/18	30/06/17
PR- Patrimônio de Referência	179.966	173.506
RWA - Risk -Weighted Assets	381.983	365.766
Margem PR Nível I Requerido	157.047	151.560
PR Nível I Mínimo Requerido para o RWA	22.919	21.946
Margem s/ Capital Requerido	162.777	157.046
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	17.189	16.459
Índice Basileia Capital	42,61%	42,94%
Índice Basileia Amplo	47,11%	47,44%

Nota 19 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração é fixada em Assembleia Geral de Acionistas:

Descrições	Semestres	
	30/06/18	30/06/17
Proventos	303	384
Gratificações	9	12
Conselho de Administração	27	258</